

A Revolução Cubana e as relações com a URSS: cooperação econômica ou subordinação política?*

The Cuban Revolution and Relations With the USSR: Economic Cooperation or Political Subordination?

Filipe S. Farhat**

Resumo: A presente investigação tem por objetivo analisar de que forma as relações de Cuba com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) influenciaram os desdobramentos iniciais da Revolução Cubana e as transformações socioeconômicas pós-Revolução de 1959. Para tanto, serão enfatizados os impactos dessas relações, no contexto da Guerra Fria e da posição geopolítica central ocupada por Cuba na disputa entre as duas superpotências, sobre as estratégias econômicas e políticas adotadas pelas lideranças do país. Pretende-se realizar um balanço da dinâmica contraditória das relações entre Cuba e URSS, destacando os aspectos de apoio econômico-militar concomitantes à subordinação da atuação internacional da ilha aos objetivos estratégicos do bloco socialista.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Guerra Fria. Cuba. URSS. Relações Internacionais.

Abstract: The present investigation aims to analyze how Cuba's relations with the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) influenced the initial developments of the Cuban Revolution and the socioeconomic transformations after the 1959 Revolution. To this end, the impacts of these relations

* Submissão: 28/01/2024 | Aprovação: 13/05/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i2.962

** Doutorando em Economia do Desenvolvimento na Universidade de São Paulo (USP), Brasil | ORCID: 0000-0002-3011-0927 | E-mail: filipefarhat@gmail.com

Agradeço o professor Giuliano Contento de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP), pela orientação da dissertação de mestrado da qual o artigo derivou, bem como aos pareceristas e revisores da revista pelos comentários e sugestões.



will be emphasized, in the context of the Cold War and the central geopolitical position occupied by Cuba in the dispute between the two superpowers, on the economic and political strategies adopted by the country's leadership. The aim is to take stock of the contradictory dynamics of relations between Cuba and the USSR, highlighting the aspects of economic-military support concomitant with the subordination of the island's international actions to the strategic objectives of the socialist bloc.

Keywords: Cuban Revolution. Cold War. Cuba. USSR. International relations.

JEL: F50. F59. N46.

Introdução

A história cubana das últimas seis décadas pode ser caracterizada pela permanente busca da soberania nacional e aprofundamento do socialismo, na tentativa de alcançar a plena supressão de classes sociais e a irreversível transformação de Cuba em uma sociedade comunista. Ao mesmo tempo, a Revolução de 1959 teve, desde o princípio, caráter anti-imperialista, de maneira que se confundem as feições popular e nacional nos caminhos trilhados a partir das medidas de política adotadas em benefício das massas trabalhadoras lideradas por Fidel Castro e Che Guevara.

Pelo contexto histórico em que ocorreu, ou seja, dada a forte ameaça estadunidense, tanto em função da nacionalização de suas empresas pelo governo cubano quanto pelos desdobramentos globais da Guerra Fria, a Revolução Cubana rapidamente passou de um estágio nacional-popular para a construção de um modelo socialista centralizado, fortemente influenciado por aquele vigente na União Soviética.

A aproximação de Cuba com a URSS foi realizada para proporcionar viabilidade econômica e sustentabilidade política ao processo revolucionário. As exportações açucareiras cubanas, majoritariamente destinadas aos Estados Unidos antes de 1959, rapidamente passaram a se direcionar ao bloco dos países socialistas. A forte integração da economia cubana com a URSS e os países da Comecon, pela importância das transações comerciais e financeiras realizadas com os países socialistas, resultou, por outro lado, em restrição da autonomia decisória doméstica, dado que a estratégia de desenvolvimento das forças produtivas nacionais passou a estar articulada aos objetivos mais gerais do bloco. Cabe ressaltar, contudo, que a aliança militar e econômica de Cuba com a URSS foi fator essencial para que o país pudesse se desvencilhar do domínio neocolonial estadunidense dentro do contexto da Guerra Fria.

Com o intuito de investigar essa dicotomia das relações entre Cuba e URSS, representada por auxílio econômico e subordinação da estratégia política adotada pelas lideranças da ilha, o presente artigo foi constituído em duas partes, além desta breve introdução e da conclusão.

A primeira delas se inicia com uma análise do contexto global em que se inseriu a Revolução Cubana e da influência da conjuntura do período sobre os desdobramentos iniciais da formação econômica do sistema

revolucionado. Na subseção seguinte, é feita uma breve comparação da situação de Cuba com a dos demais países latino-americanos durante a Guerra Fria. Por fim, dado o amplo e profundo entrelaçamento entre a economia cubana e a da URSS e dos países socialistas da Europa Oriental, será então analisada a forma com que as transformações nas relações internacionais de Cuba após a Revolução de 1959 impactaram o sistema econômico doméstico, fechando a primeira parte do trabalho.

Na segunda parte, realiza-se um balanço das principais modificações na estrutura produtiva cubana nos primeiros anos pós-Revolução, ressaltando as restrições e oportunidades do desenvolvimento planejado no país no contexto da Guerra Fria e de sua posição no cenário geopolítico explorado.

Para a realização desta investigação, foram utilizadas como fontes primárias diálogos entre lideranças políticas e diplomatas cubanos e soviéticos. Assim, foi possível obter informações importantes acerca dos posicionamentos oficiais sobre as estratégias de desenvolvimento econômico cubana, das necessidades de auxílio econômico e militar, e das distensões nas relações entre os dois países representadas pelo conhecido episódio da “Crise dos Mísseis”. Ademais, as conversas burocráticas revelam as estratégias conjuntas traçadas em âmbito militar, no contexto da ameaça estadunidense, e econômicas, relativas à planificação integrada do bloco socialista. Tais documentos foram obtidos do Arquivo Digital construído e mantido pelo programa de História e Políticas Públicas do Wilson Center, que contém materiais históricos desclassificados de arquivos ao redor do mundo, boa parte destes traduzidos em inglês. Em conjunto aos documentos, foram utilizados diversos artigos e livros sobre as relações entre Cuba e URSS no período da Guerra Fria, bem como sobre o desenvolvimento cubano neste período de um modo geral.

1. Contexto geopolítico

1.1 Contexto geopolítico global

A Revolução Cubana se inseriu em um contexto de liderança econômica estadunidense em relação aos sistemas monetário e financeiro internacional, que havia se consolidado com os acordos de Bretton Woods.

Tais acordos possibilitaram a imposição da agenda estadunidense sobre o globo. Durante a Segunda Guerra, os vultuosos empréstimos estadunidenses aos países Aliados e o enorme crescimento da indústria bélica do país fortaleceram seu poder geoeconômico, abrindo caminho para a imposição do dólar como divisa-chave do sistema monetário internacional no acordo mencionado (Simon, 2011).

A conferência de Bretton Woods, ademais, teve como um de seus principais objetivos estabelecer organismos multilaterais responsáveis por garantir um ambiente internacional estável de transações comerciais e financeiras. Em face do elevado grau de protecionismo e desvalorizações cambiais prevalentes no período entreguerras, novas regras e instituições foram constituídas para fomentar a integração econômica entre os países Aliados. Dentre estas, destaca-se a inauguração do Fundo Monetário Internacional (FMI), guardando, entre suas atribuições, a responsabilidade de criar normas para as relações comerciais e financeiras globais e supervisionar sua implementação nos países membros. Assim, por exemplo, países sujeitos a desequilíbrios em suas balanças de pagamentos deveriam obter autorização do FMI para modificar o valor de suas moedas em relação ao dólar. De modo geral, contudo, o sistema de câmbio emergido de Bretton Woods era quase fixo (à exceção de modificações nestas situações específicas de desequilíbrios mais profundos), e com garantia de conversão de dólares em quantidades fixas de ouro. Foi inaugurado, também, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, ou Banco Mundial), com foco em investimentos em infraestrutura em países devastados pela Guerra, especialmente na Europa Ocidental (Moffitt, 1983).

Cabe ressaltar que as medidas acordadas em Bretton Woods estiveram sujeitas a disputas intelectuais e, principalmente, conflitos de interesses políticos. Dada a hegemonia econômica estadunidense no período referido, este país liderou as negociações, tendo Harry Dexter White como o principal representante dos interesses do Tesouro nacional. O influente economista John Maynard Keynes esteve à frente das negociações no lado britânico. Desta feita, a determinação das condições para acesso à fundos do recém-criado FMI foi postergada, dado que os Estados Unidos advogavam por intervenções nas políticas econômicas dos países devedores, enquanto os ingleses defendiam liberação automática de empréstimos de fundos advindos dessa instituição para livrar os países tomadores de depressão e desemprego (Moffitt, 1983).

Da mesma forma, a proposta de Keynes, de criação de uma União Monetária Internacional e de uma moeda única na qual se realizariam as transações econômicas dos países membros (*bancor*), foi rejeitada. O sistema idealizado pelo economista britânico estipulava mecanismos de reajuste em países com balanças de pagamentos deficitárias, por meio do direito de obtenção de empréstimos de um Banco Central Internacional com taxas de juro nulas ou fixas (fixas no caso de empréstimos cobrindo parcela significativa dos déficits desses países). Para financiar esse arranjo, os países com superávits elevados deveriam pagar juros que constituiriam reservas de moeda internacional (*bancor*). Apesar das vantagens em termos de estabilização global, tais ideias foram rejeitadas pelos Estados Unidos. A consolidação do país como potência econômica hegemônica no pós-Guerra resultou no estabelecimento do dólar como divisa-chave do sistema e no direito de obter recorrentes superávits sem a penalização referida (a balança comercial estadunidense acabaria por se tornar deficitária sob Bretton Woods após a recuperação da Europa Ocidental e do Japão, impulsionada pelos próprios Estados Unidos) (Varoufakis, 2015).

Mesmo antes do fim da Segunda Guerra, as lideranças estadunidenses, britânicas e soviéticas começaram a definir em reuniões de cúpula as áreas do globo de influência e alianças de cada bloco. Devido à elevada importância do Exército Vermelho na derrota do império alemão, os países em que estavam instalados, especialmente na Europa Oriental, puderam forjar aliança política e militar com o regime comunista soviético. Outras áreas do planeta, como a Europa Ocidental, integraram o sistema capitalista internacional de livre mercado articulado e comandado pelos Estados Unidos. Dessa forma, a Guerra Fria trouxe consigo uma redefinição das alianças de poder mundiais, acentuando as polarizações econômicas e políticas (Hobsbawm, 1995).

Contudo, cabe ressaltar que as décadas que se sucederam ao pós-Guerra foram marcadas, também, por um enorme aumento nas experiências de libertação nacional e busca por soberania econômica e política, resultando em uma explosão no número de nações reconhecidas internacionalmente. A emergência de um “Terceiro Mundo”, em grande parte não alinhado com as duas superpotências, foi um dos principais acontecimentos do período. Apesar desse não alinhamento com os dois campos, o modelo de desenvolvimento soviético foi visto por parte desses

países como uma inspiração para a superação da dependência¹ de exportações de produtos primários. Assim, a industrialização socialista centralmente planejada foi uma das opções adotadas na busca pela modernização econômica. Outros países optaram pela via capitalista com forte participação estatal, tanto por via direta, com a utilização de empresas públicas, quanto por via indireta, utilizando o gerenciamento macroeconômico para promover condições favoráveis de investimentos. Após a Revolução Cubana, em 1959, depois de quase seis décadas de exploração neocolonial da economia da ilha pelos Estados Unidos, o país passou a integrar o Movimento dos Não Alinhados, juntando-se às nações asiáticas e africanas que estabeleceram objetivos comuns na Conferência de Bandung, de 1955. Apesar disso, ocorreu também uma aliança tática das forças revolucionárias de Cuba com as lideranças comunistas soviéticas, com vistas a viabilizar a continuidade da Revolução, diante da constante ameaça estadunidense (Hobsbawm, 1995).

Deve-se ter em mente que tal processo de exploração estadunidense da ilha, ancorado em empresas multinacionais inseridas em competição monopolista, havia bloqueado o desenvolvimento econômico doméstico e a industrialização de Cuba, impossibilitando seguir a trajetória que havia prevalecido nos países em que haviam ocorrido anteriormente as primeiras revoluções burguesas, e que haviam conseguido utilizar de maneira consistente o excedente econômico de forma a engendrar formação de capital de grande escala e crescimento econômico baseado em aumentos da produtividade industrial. Em Cuba, ao contrário, assim como na maior parte do mundo subdesenvolvido, tal excedente era apropriado quase em sua totalidade pelo capital estrangeiro ou por representantes do Estado cujos interesses se mesclavam ao domínio capitalista externo e à manutenção da presente ordem de privilégios e exacerbação das diferenciações de classes sociais (Baran, 1964).

A Guerra Fria, contudo, não deve ser entendida como um processo controlado pelas duas superpotências globais, impondo as formas de organização econômica e política do Terceiro Mundo. Ao contrário, as crises

¹ Aqui se rejeita, contudo, a tese historiográfica revisionista defensora de um suposto movimento de “exportação de revoluções” e “guerras civis internacionais” que teriam sido iniciadas pelas lideranças bolcheviques. A busca pela emancipação nacional e as revoluções anticoloniais, entre as quais se insere a Revolução Cubana, deram-se de maneira autônoma, não tendo sido incitadas pelos soviéticos. Ver Losurdo (2015).

econômicas e sociais nesses países, decorrentes do modo como suas economias se integravam como fornecedoras de *commodities* e mão de obra barata aos interesses dos capitais multinacionais, foram os fatores determinantes das revoluções de cunho nacionalista. A aliança das lideranças revolucionárias desses países subdesenvolvidos com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) surgiu, na maioria das vezes, como uma necessidade de garantir a segurança nacional contra possíveis intervenções político-militares estadunidenses (Saull, 2005).

Vale dizer que o conceito de *subdesenvolvimento* aqui adotado não segue concepções gradualistas (como as adotadas por Rostow, por exemplo), segundo as quais os países da periferia seguiriam as mesmas etapas de desenvolvimento dos países do centro, após uma defasagem temporal. Ao contrário, o entendimento aqui seguido é de que o processo de desenvolvimento nas metrópoles capitalistas se alimenta da reprodução do subdesenvolvimento nos satélites fornecedores de alimentos e matérias-primas. Assim, forma-se um vínculo de dependência que impede o desenvolvimento autônomo em países e regiões exploradas pelos países capitalistas avançados, como enfatizado nos trabalhos associados à Teoria Marxista da Dependência (Frank, 1969).

Dadas estas condições históricas, a opção em Cuba foi pela tentativa de afirmação da soberania nacional por meio da via revolucionária, buscando desvincular as decisões político-econômicas internas dos interesses dos Estados Unidos. Sendo assim, a permanência do governo revolucionário instaurado em Cuba em 1959 deveu muito ao auxílio militar e econômico prestado pelas forças soviéticas, fundamentais na defesa do território contra a reação dos Estados Unidos e das forças internas opositoras à Revolução. A política internacional da URSS, assim como a estadunidense, foi guiada em muitos casos por interesses geopolíticos visando a ampliação de sua esfera de atuação e influência global. Em contrapartida à assistência prestada ao Terceiro Mundo, a burocracia central soviética buscou exercer alguma influência sobre as estruturas organizacionais das sociedades socialistas, entre as quais Cuba (Cox, 1990).

Cabe notar, contudo, que ocorreu nesse país um profundo debate a respeito da forma mais adequada de planificação econômica no estágio histórico de construção do socialismo. No início dos anos 1960, diversos países da Europa Oriental adotaram medidas de descentralização decisória

e de aumento da autonomia das empresas industriais. Esse quadro, vigente também na União Soviética, resultou da tentativa de reformular os sistemas de produção e acumulação com vistas a dar maior competitividade às nações do bloco, que em grande medida estavam se distanciando dos padrões de vida dos países de capitalismo avançado. A *autogestão* pelos operários em companhias iugoslavas talvez represente a expressão máxima desse movimento. Em Cuba, apesar de setores da burocracia e da intelectualidade defenderem uma emulação desse padrão mais descentralizado de desenvolvimento, outros fizeram duras críticas a essas formas de organização. Para Che Guevara, essas reformas, que introduziam o retorno da lucratividade e de incentivos materiais como elementos centrais da economia, resultariam, na prática, em um retorno ao modo de produção capitalista (Pericás, 2018).

A despeito das críticas feitas por Che e seus aliados à forma de organização do sistema de produção da União Soviética após as reformas, de um modo geral as relações internacionais com Cuba se deram de maneira vantajosa ao comércio exterior da ilha, em comparação aos preços que vigoravam no mercado mundial capitalista. Assim, após o bloqueio econômico articulado pelos Estados Unidos, Cuba conseguiu estabelecer contratos de longo prazo garantindo a exportação de açúcar e importação de combustíveis da União Soviética em condições de preços favoráveis. Tais relações internacionais, não sustentadas na lei do valor vigente sob o capitalismo, indicavam um novo caminho de solidariedade internacionalista. Em discursos e escritos, Che Guevara deu considerável importância à questão das *trocas desiguais* prevalentes no comércio internacional de mercadorias. Para o pensador cubano, as relações econômicas entre a União Soviética e Cuba representavam um novo modelo que poderia ser generalizado nas relações entre países socialistas desenvolvidos e países subdesenvolvidos buscando se libertar do domínio imperialista de nações capitalistas (Tablada Pérez, 1990).

Assim, a aproximação de Cuba com a União Soviética parece ter sido a opção mais viável encontrada de superar os prévios laços de dependência com o imperialismo estadunidense, tão marcantes da primeira metade do século XX (e mesmo do século XIX, ainda que Cuba estivesse sob domínio espanhol). O sistema econômico escravista voltado à produção e exportação de uma monocultura agrícola, semelhante ao de diversos outros países

latino-americanos, havia, até então, impedido a constituição da soberania nacional cubana e a formulação de um projeto de desenvolvimento autônomo. Após a Revolução e o bloqueio estadunidense, a aliança com os soviéticos permite buscar a superação do subdesenvolvimento da ilha, ao proporcionar condições para o rompimento com os centros de acumulação capitalista (Trindade, 2022).

A exploração dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo pelos países capitalistas desenvolvidos não se extinguiu, em geral, com a desvinculação formal entre colônia e metrópole, como bem sabiam as lideranças revolucionárias cubanas. Como bem observa Hobsbawm (2011),

The virtual disappearance of formal colonies (i.e. areas under the direct administration of a foreign power and therefore unable to take their own policy decisions as sovereign governments) threw into doubt the necessary connection between imperialism and ‘colonialism’. Political decolonisation by itself hardly changed the economic relations between the areas concerned and the metropolitan countries, though it might affect the specific position of the country formerly ruling over the colony. (Hobsbawm, 2011, p. 357)

O conflito da União Soviética com os Estados Unidos e a forte liderança dos soviéticos sobre o bloco socialista resultou, por diversas ocasiões, em tensões com os partidos comunistas de países aliados. No tocante a Cuba, isso ficou patente no episódio conhecido como “Crise dos Mísseis”, em que a instalação de armamentos em Cuba direcionados aos Estados Unidos resultou em desacordo entre os governos dos dois países socialistas. Um relatório de uma conversa em Moscou entre o oficial comunista cubano Carlos Rafael Rodríguez e o líder soviético Nikita Khrushchev é elucidativo a esse respeito. Khrushchev afirma:

We have become bitter about the fact that after having made an extraordinary effort by situating the missiles in Cuba, the effort that brought us to move men, weapons, risk war and spend enormous sums of money, when we believed we had arrived at the end victorious, suddenly your rude criticism of us crops up. And afterwards, we have seen how your attitudes get in the way of solving

problems, not only in Cuba but elsewhere [...]. (Wilson Center Digital Archive, 1962, p. 29)

Rodríguez responde, esclarecendo a interpretação cubana dos eventos:

I said that I wanted to speak starting from the great respect that I had always possessed toward the Soviet Party and the Soviet Union, and asked that my words not be misinterpreted, but that I understood that a serious error had occurred in the process. The fundamental error had consisted in not treating us as a Party, and furthermore, not even as a State to which things should be explained. If they had developed a strategy that imagined the withdrawal of the missiles at a given moment, this strategy had to be discussed carefully with us. Things had not been this way, and we had all held an interpretation of the presence of the missiles that, evidently, did not correspond to the intentions of the Soviet government. (Wilson Center Digital Archive, 1962, p. 32)

Nesse diálogo chama atenção, em primeiro lugar, a insatisfação dos cubanos em relação às ações dos soviéticos no acontecimento, que haviam acordado com as lideranças dos Estados Unidos a retirada dos mísseis de Cuba em troca da retirada dos mísseis estadunidenses instalados na Turquia, bem como a garantia de não invasão do território cubano tanto pelos Estados Unidos quanto por forças advindas de seus aliados na América Central. Na visão dos cubanos, o recuo tático representaria um enfraquecimento do poder de barganha e de defesa da ilha, e uma violação dos tratados internacionais de soberania nacional. As negociações secretas entre Kennedy e Khrushchev, ao não incluírem as lideranças cubanas nos diálogos, foram a causa principal dos desentendimentos com a União Soviética (Moniz Bandeira, 2017).

Em segundo lugar, destaca-se o tom contido de Rodriguez e a busca por uma reconciliação, explicitando a dependência cubana aos soviéticos e a necessidade de se adequar aos objetivos geopolíticos da União Soviética, ainda que comprometendo em algum grau a autonomia nacional das estratégias cubanas.

1.2 América Latina

Dada a impossibilidade de se repetir, nos países periféricos, a evolução das condições socioeconômicas engendradas pela acumulação de capital dos países centrais, as classes dominantes dos países latino-americanos acabaram por optar por um *capitalismo* fortemente *dependente* e vinculado aos interesses econômicos dos países centrais (que em última instância chancelavam o caminho estratégico adotado na política e economia); permanecia uma estrutura *neocolonial* que preservava os traços básicos de dominação de classe do período anterior pré-capitalista, assegurando a manutenção exclusiva de privilégios e mesmo de direitos básicos sociais, civis e políticos para uma pequena minoria de *possuidores* (Fernandes, 1981).

Cabe ressaltar, ainda que de passagem (por não constituir o objetivo central deste texto), que a subordinação econômica e social das nações periféricas da América Latina aos países do centro capitalista do sistema-mundo resultou em construções teóricas próprias, com elevada importância da Teoria da Dependência. Em sua versão ancorada na obra de Cardoso e Falleto (1979), também conhecida como versão *weberiana* da Teoria da Dependência, a ênfase da interpretação do processo histórico de desenvolvimento no continente (e de suas dificuldades) acaba por recair em processos políticos e nas alianças e conflitos entre diferentes grupos de indivíduos (não necessariamente *classes sociais*), bem como nos *valores* desses grupos e nas *ideologias* que influenciam as mudanças ou permanências das estruturas prevaletentes.

Enquanto essa corrente é vinculada ao pensamento cepalino e às teorias desenvolvimentistas, a Teoria *Marxista* da Dependência propõe uma ruptura radical com essas perspectivas de modernização (Trindade, 2022). Para a vertente marxista da Teoria da Dependência, as tentativas de modernização e desenvolvimento industrial com manutenção dos laços entre as economias periféricas da América Latina e os centros que dominam a reprodução do sistema capitalista global não resolveriam, fundamentalmente, os problemas de dependência econômica do continente. O socialismo seria a única opção que possibilitaria a construção de trajetórias soberanas, rejeitando-se, assim, soluções “intermediárias” (Dos Santos, 2011). O capitalismo de Estado, alternativa adotada por alguns países, teria apenas atualizado as formas de dominação, subordinando os interesses da burguesia nacional emergente aos poderes imperialistas (Bambirra, 2013). Assim, o

processo de industrialização trilhado pelo continente, ao elevar a mais-valia relativa e a produtividade do trabalho, acabaria por criar simultaneamente as condições (como o aumento do exército industrial de reserva) que renovariam a superexploração do trabalho nesses países e o intercâmbio desigual de mercadorias no mercado mundial (Marini, 2000).

O sucesso da Revolução em Cuba respondeu, entre outros motivos, à diferente situação *política* enfrentada pelo país em fins dos anos 1950. Apesar de diversos países latino-americanos terem enfrentado regimes ditatoriais repressores e corruptos ao longo do período de Guerra Fria, o governo de Batista deve ser diferenciado dos demais. No caso cubano, a execução do poder pelos militares não incorporou bandeiras reivindicadas pelas classes média urbana e pela burguesia. Desta feita, o isolacionismo e personalismo dos objetivos buscados pelo líder maior do Estado (bem como a percepção social de que vigorava um elevado nível de corrupção) possibilitaram que as lideranças revolucionárias guerrilheiras aglutinassem setores de todas as classes sociais na oposição. A Revolução Cubana, portanto, extrapolou a aliança clássica de outros processos revolucionários que juntavam camponeses e intelectuais, ao agregar também a pequena burguesia nacionalista, a classe média urbana e o proletariado, a oposição partidária institucionalizada e parte dos setores militares e do clero (Dix, 1984).

A insatisfação virtualmente generalizada da sociedade cubana com o regime de Batista, e a capacidade das lideranças revolucionárias de mobilizar o povo, foram consequência, também, da deplorável situação social e econômica de Cuba naquele período. O quadro de subdesenvolvimento da América Latina em face da exploração imperialista é descrito por Fidel Castro durante a *Primera Declaración de La Habana*, de 2 de setembro de 1960:

[...] la Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba: condena el latifundio, fuente de miseria para el campesino y sistema de producción agrícola retrógrado e inhumano; condena los salarios de hambre y la explotación inicua del trabajo humano por bastardos y privilegiados intereses; condena el analfabetismo, la ausencia de maestros, de escuelas, de médicos y de hospitales; la falta de protección a la vejez que impera en los países de América; condena la

discriminación del negro y del indio; condena la desigualdad y la explotación de la mujer; condena las oligarquías militares y políticas que mantienen a nuestros pueblos en la miseria, impiden su desarrollo democrático y el pleno ejercicio de su soberanía; condena las concesiones de los recursos naturales de nuestros países a los monopolios extranjeros como política entreguista y traidora al interés de los pueblos [...]. (Castro, 2017, p. 48)

Em Cuba, a prévia derrocada da ditadura de Machado, em 1933, não havia logrado a superação das condições de exploração das massas camponesas e operárias, ao não romper com a estrutura social neocolonial de dominação burguesa. Nos anos 1950, a ditadura de Batista agudizou as insatisfações populares e aprofundou as condições históricas de *possibilidade* de concretização de uma revolução democrático-popular. Nesse processo, a tradição ideológica nacionalista do povo cubano forjada durante o longo processo de lutas de libertação foi um dos elementos centrais. Outro foi a guerrilha, que organizou e direcionou as aspirações sociais no combate ao regime político estabelecido. Ocupava ao mesmo tempo o papel do partido de massas revolucionário e o de núcleo de atuação da luta armada. Para Florestan Fernandes, a socialização dos líderes guerrilheiros no período de guerra civil permitiu que estes se tornassem porta-vozes das demandas sociais dos trabalhadores e dos “humildes”, ou seja, da maioria. Assim, a Revolução foi se radicalizando, com suas bases sociais sendo empurradas cada vez mais “para baixo”, apesar da existência de frações de classe burguesas nacionalistas, dispostas a realizar uma transformação capitalista “autônoma” (Fernandes, 2007).²

No restante da América Latina, em contraste, a institucionalidade política tornou-se extremamente flexível e funcional à defesa da ordem, impedindo mesmo a consolidação de avanços democráticos significativos, pois estes poderiam colocar em risco as estruturas de dominação herdadas da formação colonial. Assim, por meio de regimes civis apoiados em violência institucional e policial-militar ou se utilizando de regimes militares

² Por questões de espaço e escopo, não se busca aqui elucidar todos os aspectos essenciais ao entendimento da Revolução Cubana. Para outros elementos importantes, como o papel da agressividade dos Estados Unidos na opção pela alternativa socialista de construção da sociedade revolucionada, ver especialmente o capítulo 2 (“A guerrilha e a conquista do poder”) da obra referenciada.

chancelados por parte da sociedade civil, as classes dominantes não apenas contrabalançaram o *poder* das lutas e reivindicações *revolucionárias* advindas das massas de despossuídos, mas puderam, também, avançar seu *contrapoder* e consolidar sua posição na estrutura hierárquica socioeconômica (Fernandes, 1981).

Apesar de, em geral, os países latino-americanos apresentarem economias capitalistas dependentes nos anos 1950, a Revolução Boliviana de 1952, assim como havia sido a Revolução Mexicana de 1910, buscou extinguir a forma de organização pré-capitalista e implantar acumulação capitalista privada baseada no desenvolvimento de relações de livre contratação de trabalho e formação de mercado doméstico. A reforma agrária resultante da Revolução Cubana, ao contrário, buscou superar as contradições de classe das relações capitalistas vigentes no período pré-revolucionário (Knight, 1990).

Nos anos 1950, os Estados Unidos, com o governo Eisenhower, não se basearam exclusivamente na busca de difusão do liberalismo econômico que vigorava nas esferas comercial e financeira do sistema internacional para o âmbito doméstico dos países latino-americanos. Mais importante foi a mudança da estratégia geopolítica estadunidense em face dos recorrentes movimentos de libertação nacional em países subdesenvolvidos. Dessa forma, o apoio estadunidense a regimes totalitários era visto como uma ampliação da segurança e do poder da superpotência, ao reduzir as possibilidades de eclosão de revoluções comunistas (Pettinà, 2007).

Após a Revolução Cubana, os Estados Unidos buscaram asfixiar a economia da ilha, para impedir a difusão do modelo socialista pela América Latina. Tal forma de organização social seria assim, de acordo com os objetivos estadunidenses, vista com ressalvas no restante do continente, como escreve Khrushchev em um telegrama para o embaixador da União Soviética em Cuba, Mikoyan, em novembro de 1962:

[...] the most important method that the president of the United States and his circle have chosen for themselves is to strangle Cuba economically by isolating it commercially. They want, as the US press put it before the crisis, to make Cuba too expensive an experiment for the Soviet Union so that it will exhaust the resources the Soviet Union has available for aid, and therefore undermine the economy

of Cuba and to make Cuba not only an unattractive but even a repulsive model for the Latin American peoples. They want living standards in Cuba to drop even lower than they were before the revolution, when Batista was in Cuba. (Wilson Center Digital Archive, 1962a, p. 6)

Diante desse quadro, e em função da posição geopolítica ocupada por Cuba, único país em que se desencadeou naquele período uma revolução socialista na América Latina (esfera de influência estadunidense), ocorreu uma aproximação entre as lideranças revolucionárias e a burocracia da União Soviética. Ainda que existissem divergências ideológicas entre Fidel e Che, de um lado, e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de outro, por força das circunstâncias a aliança foi fundamental para preservar a Revolução. O processo é bem expressado pelas palavras de Moniz Bandeira (2017):

[...] Apesar de simpatizar com o marxismo, nem Fidel Castro nem mesmo Che Guevara eram filiados ou comprometidos com qualquer Partido Comunista, nem seguiam as diretrizes políticas de Moscou. Não era inevitável que a revolução cubana evoluísse para o stalinismo e sua forma de governo. A União Soviética, porém, afigurou-se a Fidel Castro e a seus companheiros como a única opção internacional de apoio à defesa da soberania e da autodeterminação de Cuba, vis-à-vis das pressões impostas pelos Estados Unidos quando as primeiras medidas da reforma agrária alcançaram as propriedades da United Fruit Co. “The Soviet Union was one alternative power to which these radical nationalists could turn”, o politólogo americano Cole Blasier reconheceu. Também Martin C. Needler, outro cientista político residente nos Estados Unidos, concluiu que não era inevitável que a revolução cubana evoluísse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e com sua forma de governo. A União Soviética nunca aceitara completamente Castro como autêntico comunista, e ele não só de forma irregular atendeu às suas diretrizes na política internacional como introduziu novos elementos de discórdia no Bloco Socialista, já dividido pela dissidência da China. Eisenhower foi quem, de fato, compeliu Fidel

Castro na direção do comunismo, ao cortar a quota do açúcar, suspender os fornecimentos de petróleo, manter o embargo para a compra de armamentos e preparar a invasão de Cuba. O conflito ideológico com a China, em que Mao Zedong acusava a União Soviética de revisionismo por defender a via pacífica para o socialismo, concorreu, entre outros fatores, para que Khrushchev respaldasse, mais decididamente, o regime revolucionário de Castro não obstante suas heresias. Em realidade, não foram os comunistas que se apossaram de Castro. Foi Castro que se aposou dos comunistas, conforme Cole Blasier salientou. (Moniz Bandeira, 2017, p. 104)

1.3 União Soviética e Comecon

Desde meados do século XIX, e especialmente nas seis décadas que separaram a independência formal de Cuba da Revolução de 1959, que desencadeou profundas transformações na sociedade e no Estado cubano, as relações internacionais do país com os Estados Unidos se caracterizaram pela desigualdade de poder entre as duas nações e pela flutuação dos níveis de comércio e de transações de capital típicas da organização capitalista das transações econômicas.

As relações de Cuba com a União Soviética e os países do Leste Europeu integrantes do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon) possibilitaram uma alternativa de desenvolvimento baseada em vantagens mútuas, maior estabilidade nas transações comerciais e no esforço de planejamento conjunto de médio e longo prazo do setor público da ilha com os demais países da organização. Assim, Cuba assegurou mercado consumidor para sua produção açucareira nos países socialistas após o bloqueio imposto pelos Estados Unidos em resposta à Revolução. O setor industrial cubano avançou com importação de máquinas e equipamentos soviéticos e assistência técnica prestada pela União Soviética com o objetivo de capacitar mão de obra especializada em Cuba, visando ao estabelecimento de relações comerciais de longo prazo complementares. As relações com a Comecon possibilitaram atingir um maior grau de soberania econômica nacional (em relação ao período de domínio *neocolonial* estadunidense), condições favoráveis ao crescimento dos investi-

mentos no setor energético, e importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas em condição vantajosa (Fedoseiev; Grigulevitch; Maiorov, 1985).

Apesar de tais vantagens econômicas obtidas com o estreitamento das relações com a União Soviética e com os países europeus membros da Comecon (organização que Cuba passou a integrar formalmente em 1972), criou-se, concomitantemente, uma relação de profunda dependência política e subordinação dos objetivos cubanos da Revolução aos interesses soviéticos. O modo de organização socioeconômico da União Soviética, caracterizado por um socialismo fortemente centralizado, facilitava e ampliava as possibilidades de coerção sobre as lideranças cubanas, dado que o Estado soviético controlava quase a totalidade dos investimentos e recursos materiais provenientes de seu território direcionados a Cuba (Packenham, 1986).

Assim, as relações econômicas estabelecidas entre os dois países resultaram em uma divisão internacional do trabalho socialista pouco favorável à diversificação produtiva e a um maior aprofundamento da industrialização cubana. Conforme Silva (2013, p. 117),

Os estreitos laços com a URSS desestimularam os esforços para a diversificação das atividades produtivas, apesar do processo de retificação. A URSS condicionou fortemente as atividades econômicas cubanas garantindo preços superfaturados do açúcar (que mesmo assim eram mais baratos que os esforços soviéticos para produzi-lo em quantidade adequada), facilitando o crédito comercial, como afirmamos anteriormente, e compensando os déficits nas transações externas cubanas. Desta forma, o sistema funcionou como um ciclo vicioso, mantendo Cuba especializada na produção do açúcar, que representava 80% de suas exportações no período, propiciando a manutenção da dependência e se mostrando catastrófico com o fim destes laços.

Ademais, como afirmam Terentev, Vavichkina e Vlasova (2023), as exportações cubanas de açúcar para a União Soviética e os subsídios daí decorrentes se intensificavam em períodos de redução dos preços da mercadoria no mercado mundial, ao passo que o comércio de Cuba com os países capitalistas se elevava nos anos de aumento dos preços, em uma

trajetória de aprofundamento de dependência da economia em relação à produção da *commoditie*:

[...] it is remarkable that such an increase of Cuban sugar exports did not match the world sugar price changes. For instance, the remarkable increase in Cuban exports of 1974-1977 and the one of 1980-1985 took place amid a dramatic decrease in average annual world price. On the contrary, the rapid rise of average world sugar prices of 1978-1980 was accompanied by a significant fall in Cuban sugar exports to the USSR. These cases may be considered as an illustration of the Soviet assistance to Cuba: amid world sugar prices fall Moscow used to intensify purchases of Cuban key export component, while amid the world sugar price rise the volume of sugar supplies to the USSR decreased [...]. (Terentev *et al.*, 2023, p. 10)

Em troca do envio de suprimento de petróleo, matérias-primas, máquinas e equipamentos industriais e equipamentos militares para Cuba, a União Soviética exigia a manutenção de um caráter subordinado deste país em sua estratégia geopolítica global e uma organização socioeconômica interna amplamente baseada no modelo socialista de planejamento central soviético. Assim, as lideranças soviéticas se opuseram, por exemplo, à tentativa de parte das lideranças cubanas de priorizar incentivos *morais* em detrimento dos *materiais* como forma de motivar os atores econômicos a perseguirem os objetivos revolucionários (Mesa-Lago, 1974).

Não obstante, o desenvolvimento do socialismo em Cuba foi engendrado a partir de formulações próprias, muitas vezes críticas ao marxismo “ortodoxo” do PCUS. Para Guevara, a adoção de categorias capitalistas pelos soviéticos (como preços, lucros, crédito), sem a modificação fundamental de seu conteúdo sob a construção da formação econômico-social em transformação, havia resultado na emergência de um modelo *híbrido* na União Soviética. A insistência na importância dos incentivos morais e na educação e conscientização das massas pelo Estado na ilha visava estabelecer a transição do socialismo para o comunismo, com a formação do *novo homem* voltado para as necessidades sociais coletivas e a concomitante superação da mentalidade herdada da sociedade capitalista (Guevara, 2006).

Nesse sentido, em meados dos anos 1960 ocorreu um dos debates mais significativos sobre o sistema de planejamento econômico cubano, com Ernesto Che Guevara tendo sido o principal expoente em defesa da ampliação generalizada do *Sistema Orçamentário de Financiamento*³ pela indústria e agricultura, em detrimento do *Cálculo Econômico Soviético*⁴ prevalente no setor agrícola (defendido por Rodriguez no Instituto Nacional de Reforma Agrária – INRA). Por trás da crítica ao *modelo soviético* estava a preocupação de Guevara com a alta especialização de Cuba na produção monocultora de açúcar, em detrimento de um maior desenvolvimento industrial e diversificação produtiva do país, que poderiam ser alcançados a partir de uma estrutura mais equânime de integração comercial e produtiva entre os países do bloco socialista. De acordo com Tsokhas (1980, p. 20),

Guevara appealed for a socialist trade pattern that would “permit the financing of industrial investments in the developing countries.” This would lead to a “more even advancement of the whole socialist bloc,” overcome differences between members of the bloc, and give “greater

³ Pericás (2018) expõe da seguinte maneira o método de gestão do *Sistema Orçamentário de Financiamento* defendido por Guevara: “A partir de um intrincado sistema, os órgãos centrais fariam os cálculos pertinentes a toda a esfera produtiva, desde maquinaria importada e matérias-primas até custos dos salários e gastos com equipamentos, resultando nos custos reais de cada obra, em seu custo idealizado e naqueles comparados com os do mercado internacional. Isso ampliaria as possibilidades de decisão sobre que tipo de material empregar, visando sempre aos menores gastos possíveis, sem tanta preocupação nesse momento com a otimização matemática – já que outros fatores, como a política e o mercado externo, podiam ser levados em conta -, mas com uma ideia básica dos custos reais de produção e comercialização decorrentes dessa técnica. Caso isso fosse adotado em outros países socialistas, seria possível criar, na concepção d guerrilheiro argentino, um ‘mercado socialista mundial’ de preços melhor que o utilizado na época.” (Pericás, 2018, p. 103).

⁴ Sobre o método do *Cálculo Econômico*: “Um ‘dicionário’ de economia soviético amplamente divulgado em Cuba afirmava que a autogestão financeira era um método de gerenciamento planejado para se alcançar o máximo de efetividade na produção – utilizando para isso ‘leis econômicas do socialismo’ e relações monetário-mercantis –, no qual a empresa (ou consolidado de empresas) deveria ser rentável. O texto ia mais longe, dando a entender que esse modelo era o mais eficiente em termos gerais, tendo em vista que as companhias teriam o direito de fazer convênio com outras, provedoras ou consumidoras, de possuir contas de cobrança e pagamentos no banco (e obter crédito destes) e de organizar o emprego de sua força de trabalho. Também indicava que, a partir do ‘plano’, as empresas ganhariam autonomia para adquirir materiais e combustíveis e fazer seus produtos. Quanto melhor operasse a firma, maior o provento, que incrementaria seus fundos de estímulo interno. Haveria, portanto, a redução dos índices criados para elas pelos organismos centrais, o aumento do papel do preço, do rendimento e do crédito, a independência econômica, juros e ampliação dos incentivos materiais.” (Pericás, 2018, p. 102).

cohesion to the spirit of proletarian internationalism.” Coming at a time when the USSR had led Cuba into monoproduction of sugar, this constituted a barely concealed attack on the Soviet Union. The debate was as much about relations with the USSR, as it was concerned with methods of economic organization for Cuba. Castro allowed these conflicts to continue until mid-1966, when he opted for a modified version of the Guevarist position. It was only with the failure of the 10 million ton zafra that Havana retreated to the Rodriguez position [...].

Assim, os acordos comerciais com o bloco socialista, cujas transações não se efetuavam com a transferência de moeda forte para Cuba (mas sim em um sistema de trocas de mercadorias de acordo com um plano de metas produtivas), impediam que o país obtivesse divisas para importar dos países ocidentais. Estando as exportações da ilha quase todas direcionadas para os países da Comecon, esta ficava sujeita à forma de coordenação das relações comerciais dos países do bloco e à divisão internacional do trabalho daí resultante. Apesar de contar com subsídios importantes sobre os preços do açúcar (em relação aos preços prevalecentes no mercado mundial) e estabilidade em função dos acordos de longo prazo estabelecidos, as lideranças cubanas acabavam sendo restringidas e subordinadas politicamente aos objetivos e necessidades da União Soviética e de seus aliados do Leste Europeu (Tsokhas, 1980).

2. Revolução Cubana e desdobramentos iniciais

2.1 Formação histórica da Revolução de 1959

Desde a segunda metade do século XIX, os conceitos de nacionalismo e patriotismo e os ideais morais a eles vinculados formam parte significativa do perfil de identidade da população cubana. As diversas guerras de Independência contra a coroa espanhola, nas quais houve enormes sacrifícios, lutas e privações materiais em nome dos valores de soberania nacional, autonomia, autodeterminação dos destinos da pátria e justiça social, tornaram enraizado nas gerações de cubanos do século XX o desejo de ruptura com uma ordem político-institucional incapaz de atender aos anseios populares. O apoio generalizado de ao menos frações de todas as classes

sociais às lideranças revolucionárias que derrubaram o governo Batista e iniciaram as vitórias da militância guerrilheira na década de 1950 estava fortemente influenciado pelas ideias do intelectual e fundador do Partido Revolucionário Cubano José Martí. Deve-se ter em conta que o nacionalismo liberal radical de Martí refletia as aspirações mais profundas dos cubanos, derivadas do processo histórico de subjugação da sociedade pela dominação colonial espanhola no século XIX, gradualmente substituído pela dominação *indireta* imperialista estadunidense, que avançava ao longo desse mesmo século à medida que os Estados Unidos se consolidavam como uma das potências capitalistas centrais (Pérez Jr., 1980).

Desta feita, a soberania nacional esteve longe de ser atingida naquele momento, e, ao longo da primeira década do século XX, a funcionalidade da exploração de recursos naturais e mão de obra barata cubana ao capital estadunidense resultou em impedimento da acumulação de excedente econômico em âmbito doméstico, impossibilitando a superação do *subdesenvolvimento*⁵ tal como o conceito é interpretado por Baran (1964).

Nesse sentido, a guerrilha liderada por Fidel Castro, que havia desembocado na tomada do poder do Estado em 1959, deve ser entendida em um sentido mais amplo de continuidade da busca por afirmação de valores enraizados na formação cultural e de identidade cubana. Nos ditos Cem Anos de luta (1868-1968), originou-se e se aprofundou de forma orgânica um radicalismo político nacionalista entendido como único caminho de desenvolvimento soberano autônomo em Cuba (Pérez Jr., 1980).

Dessa forma, nos anos iniciais pós-1959, os objetivos primordiais do governo foram os de unificar politicamente a nação e combater o imperialismo estadunidense, que desde o início do século XX (e mesmo antes) havia impedido a efetiva independência política e econômica da ilha. Passou-se a combater a imprensa contrarrevolucionária, a igreja (com forte

⁵ Para Baran (1964), o conceito de subdesenvolvimento está relacionado à forma de inserção dos países dependentes no processo histórico do desenvolvimento capitalista mundial. Nas palavras do autor: “[...] Tal como sugere o próprio termo ‘subdesenvolvimento’, a renda gerada nos países subdesenvolvidos é pequena e seus recursos humanos e materiais grandemente subutilizados. O regime capitalista, ao invés de constituir o elemento motor do crescimento econômico, do progresso tecnológico e das transformações sociais, tem sido, nesses países, o responsável pela estagnação econômica, pela manutenção de uma tecnologia arcaica e pelo atraso social. O excedente econômico nos países capitalistas na medida em que depende do volume da produção e do nível de renda tem sido necessariamente pequeno. Não quer isto dizer, porém, que constitua pequena porção da renda global [...]” (Baran, 1964, p. 233).

vínculo aos interesses estrangeiros, especialmente espanhóis) e a oposição política, que poderiam colocar em risco as conquistas do novo regime. A história cubana foi utilizada como arma ideológica do novo governo, para justificar o sistema político unipartidário e a defesa irrevogável dos objetivos Revolucionários (Pérez Jr., 2017).

2.2 1959-1970: socialização das propriedades e transformações na estrutura produtiva cubana no contexto da disputa entre Estados Unidos e União Soviética

O amplo apoio popular à Revolução permitiu enorme militarização das massas trabalhadoras do país, nos mais diversos níveis de classe, renda e setores de trabalho. A aproximação com a União Soviética na primeira metade dos anos 1960 permitiu que as novas forças do exército revolucionário pudessem contar com adequados recursos materiais e treinamento naquele país. Sendo assim, os custos econômicos e de oportunidade de trabalho em outras áreas cruciais ao desenvolvimento das bases materiais do país sofreram forte influência negativa em consequência da ofensiva dos Estados Unidos (Landau, 1989).

Um relato de um embaixador soviético acerca de uma conversa com Che Guevara revela a visão prevalecente no governo da União Soviética sobre a estratégia do governo Kennedy em relação a Cuba:

The current American president follows the same [policy] line toward Cuba [as his predecessor], though the tactics are being somewhat changed. We know that the United States is presently increasing its assistance to the forces of external and internal counterrevolution. The main emphasis here is toward undermining the Cuban economy through stronger acts of sabotage, subversion and the like. This serves as a kind of supplement to the economic blockade, which is enforced against Cuba from the US. Recently, well-trained groups of subversive elements equipped with the newest technology for conducting explosions and arson are deployed in Cuba from the US. Also, the U.S. is transferring large quantities of explosives and weapons to Cuba. (Wilson Center Digital Archive, 1961, p. 182)

Além disto, à medida que se iam realizando transformações democrático-populares nas estruturas econômicas da sociedade, e que se expropriava o capital estadunidense, o caráter subordinado aos interesses imperialistas da burguesia cubana vinha à tona. A aliança dessa classe com os capitalistas estadunidenses que possuíam negócios em Cuba no período de domínio neocolonial, atuando com o objetivo de minar a sobrevivência política da Revolução, fez com que o socialismo se colocasse como necessário para a defesa e a continuidade da nova estratégia soberana e popular de direção econômica (Rodriguez, 1990).

Apesar da retórica cautelosa das lideranças cubanas nos primeiros anos após a Revolução, com respeito à natureza do novo sistema socioeconômico, o advento do socialismo fora planejado desde o princípio. Depreende-se do relato de um embaixador da União Soviética em Cuba (Alekseyev) acerca de uma conversa com Fidel Castro em fevereiro de 1963, a seguinte transcrição das palavras do líder cubano:

Possibly it is not so clear for everyone, but our revolution had socialist goals from the very beginning. The measures of our government, even the first ones, were directed at satisfying the needs of the workers and restricting the bourgeoisie, and carried socialist principles in them. We could not use the Marxist lexicon right away, having tactical considerations in mind and, besides, still not knowing how effective the aid of the socialist countries could be. Relying on the working class, we consciously unleashed a class struggle and the elimination of anti-Communism as the banner of reaction and imperialism. Like a person having a childhood, maturity, and old age our revolution has passed through several stages. We weren't mature Marxists in childhood, but strived to correctly understand it and master it [...]. (Wilson Center Digital Archive, 1963, p. 2)

As transformações do sistema socioeconômico, portanto, aprofundaram-se tendo como uma de suas garantias o auxílio econômico soviético. Junto à Reforma Agrária, a nacionalização de todos os setores fundamentais da indústria, de propriedade privada tanto estadunidense quanto

cubana, a implantação do sistema político unipartidário e a retirada de reformistas e conservadores do governo revolucionário, completaram a transição inicial socialista (León, 2003).

A ampla Reforma Agrária realizada pelo governo revolucionário se deu em duas etapas. Na primeira delas, que explicita talvez o movimento mais significativo do período de transição institucional socialista dos anos 1959-1960, a expropriação de grandes latifundiários, com especial importância aos estadunidenses que comandavam o processo de produção no complexo açucareiro, resultou em uma experiência histórica original em que conviveram lado a lado as propriedades estatal, cooperativa, pequenas propriedades privadas de trabalhadores camponeses, e porções de terra médias e grandes dominadas pelas burguesias internacional e cubana (Molina, 2016).

A partir de 1961, quando, no contexto de aprofundamento das tensões políticas internas e internacionais, as lideranças revolucionárias declararam o caráter socialista da nova organização socioeconômica, aprofundou-se o debate agrário em relação à melhor forma de organização da atividade produtiva agrícola. De um lado, os representantes da burocracia central defendiam a expansão das Granjas do Povo, que facilitariam o igualitarismo das rendas do trabalho e o cumprimento dos objetivos da planificação socialista. De outro, especialistas técnicos estrangeiros que acompanhavam as transformações revolucionárias em Cuba argumentaram em favor das cooperativas, dada a escala de produção mais eficiente e a vinculação entre rendimento individual e produtividade que favoreceria o crescimento desta (Molina, 2016).

Apesar da pertinência dos argumentos técnico-econômicos desses observadores, as Granjas do Povo acabaram se colocando como necessárias para defesa da Revolução, dada a profundidade e o potencial desestabilizador das ofensivas contrarrevolucionárias domésticas e externas. Além disso, a cultura do trabalhador rural cubano, que se habituara com a segurança do trabalho assalariado no período de exploração econômica estadunidense (que havia dominado virtualmente todas as terras de maior produtividade, de maneira que o trabalho autônomo se concentrava em propriedades que garantiam poucos rendimentos), fez com que este apoiasse as Granjas do Povo (Vasconcelos, 2015).

Em 1963 ampliou-se fortemente a participação estatal na produção

agropecuária e ocorreu a virtual extinção da acumulação privada burguesa neste setor, dado que o setor privado atuava até então buscando desestabilizar e derrubar o governo revolucionário, utilizando o excedente econômico obtido em movimentos políticos pró Estados Unidos (Vasconcelos, 2015).

O rompimento das relações comerciais com os Estados Unidos e o relativo atraso econômico da União Soviética, se comparado com os países de capitalismo avançado, fizeram com que as restrições externas atuassem com intensidade e impedissem mudanças ainda mais significativas do que as que se observaram na estrutura produtiva cubana ao longo dos anos 1960. De acordo com Cano (2000, p. 555), “Os problemas estruturais do setor externo e as crescentes necessidades de importações de insumos e de bens de capital fragilizaram tanto o processo de investimentos quanto as metas de produção”.

Um comentário de Guevara, Ministro da Indústria de Cuba, para o embaixador Kudryavtsev da União Soviética acerca da situação econômica de Cuba em 1961-1962 atesta a centralidade desses obstáculos estruturais:

Guevara noted, the economic situation of the country will be even more tense in 1962. Considering this, at the very beginning of the year we intend to call upon the people to be even thriftier and economical with food as well as other consumer goods. Compared to 1961 the government will have to reduce the imports of a number of vitally important goods inasmuch as there are not enough export resources to pay for them. Hard-currency resources are almost exhausted, and significant income is not expected. The amount of goods going for export has been reduced both by virtue of a decline in the production of sugar as well as an overall growth of the domestic consumption of food, raw materials, and other goods by a large segment of the Cuban people. (Wilson Center Digital Archive, 1961b, p. 2)

2.3 Inserção na Comecon e planificação do desenvolvimento econômico

Nos anos 1970, além do aperfeiçoamento nos mecanismos de direção e gestão do Estado, da generalização dos incentivos materiais ao aumento da produtividade, e da descentralização política e econômica, Cuba se beneficiou de uma conjuntura internacional bastante favorável. Tal contexto possibilitou taxas de crescimento do produto bastante elevadas e bem maiores do que as que prevaleceram no período 1965-1970. Entre 1970 e 1975, os preços do açúcar no mercado internacional dispararam, permitindo que Cuba obtivesse receitas de exportação não apenas pela venda aos países socialistas, mas também aos mercados ocidentais, o que permitiu importação de máquinas e equipamentos de maior qualidade das economias capitalistas centrais por preços menores (Torres, 1981).

Assim, a adesão ao Comecon e a permanência dos vínculos com a União Soviética, longe de restringir as possibilidades de Cuba em suas transações internacionais de mercadorias, admitiu condições estáveis e subsídios aos preços de exportação para o bloco, ao passo que, concomitantemente, o país expandiu e diversificou suas parcerias comerciais:

[...] greater ties with the COMECON countries has not restricted or prevented Cuba from diversifying its trade with those Latin American or Caribbean nations which espouse an anti-imperialist, anti-U.S. ideology and policy alternatives. From 1971 to 1974, for example, imports from and exports to the Soviet Union declined from 46.0% to 32.2%. At the same time, Cuba's total trade with other countries increased by about 89%, while its trade with COMECON countries increased by about 69%. Trade with western Europe increased by 134%; 209% with the Americas (excluding the U.S.); 128% with Asia and Africa; and 37% with socialist Asia. (Dupuy; Yrchik, 1978)

Em relação à dinâmica doméstica, em dezembro de 1975 foi realizado o I Congresso do Partido Comunista Cubano. Nele foram abordados todos os principais assuntos sociais e econômicos do país por amplo número de delegados do partido. Estabeleceu-se o novo Sistema de Planejamento e Direção Econômica, a primeira Constituição socialista do país,

reformou-se o sistema de representação política e a divisão espacial do território nacional, e foram traçadas novas estratégias de desenvolvimento econômico de longo prazo (Rodríguez, 1990).

Cabe ressaltar que a estrutura de planejamento adotada em Cuba a partir do Congresso do PCC foi amplamente influenciada pela estrutura organizacional adotada na União Soviética. Como destaca Carmona Báez (2012, p. 5),

At the first PCC Congress, the System of Economic Management and Planning (SDPE) was outlined and later implemented in 1976 with a five-year plan. This system closely followed the economic framework of the Soviet reform era beginning in 1965 (Kontorovich 1988, 308–16). Local authorities of this innovative system allowed for the use of small plots of land for private agricultural development; it also encouraged collective subsistence farming and initiated management's right to hire and fire labour, and use bonuses and salary increases to stimulate work place production.

No mesmo período, os gastos de Defesa passaram a crescer enormemente, na medida em que Cuba começou a apoiar revoluções nacionalistas populares em países do Terceiro Mundo, especialmente no continente africano. A estratégia internacionalista cubana, que permitiu a prestação de auxílio militar, médico, educacional, e em outros âmbitos em países não desenvolvidos, foi capaz de imputar a Cuba elevado grau de prestígio em suas relações internacionais, dificultando o sucesso da estratégia estadunidenses de asfixiar, por meio de bloqueio econômico, a continuidade do regime político soberano socialista (León, 2003).

O envio de tropas cubanas para esses países, especialmente para Angola e Etiópia, foi, em parte, consequência de um aprofundamento da aproximação entre as lideranças do governo da ilha e da União Soviética ao longo dos anos 1970. Assim, em troca dos enormes subsídios recebidos em termos de auxílio econômico e militar, Castro alinhou em certa medida a estratégia de política externa de Cuba aos objetivos geopolíticos da União Soviética. Por outro lado, cabe notar que tais subsídios econômicos recebidos da União Soviética permitiram, até certo ponto, a adoção de uma estratégia de Industrialização por Substituição de Importações (ISI)

e alguma diversificação do setor produtivo. Contudo, de um modo geral, a planificação da estrutura econômica cubana permaneceu fortemente pautada pelas necessidades de exportação de açúcar derivadas do papel ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho do bloco socialista (Carmona Báez, 2012; Tsokhas, 1980).

Sobre o mencionado apoio aos movimentos de libertação nacional, ainda que tenham servido em alguma medida para o fortalecimento do campo socialista no contexto da Guerra Fria, responderam também aos valores da política externa cubana, guiados pelo combate ao colonialismo e ao imperialismo, estabelecendo em certo grau uma *terceira via* global, sem vínculos pré-estabelecidos com os Estados Unidos ou com a União Soviética. Assim, o apoio não apenas militar, mas também técnico e voltado para o fortalecimento da estrutura dos Estados pós-revolucionários na Angola e na Nicarágua, por exemplo, esteve fortemente relacionado ao Movimento dos Não Alinhados e à solidariedade internacionalista cubana à causa da libertação dos povos dos países dependentes e subdesenvolvidos (Nogueira *et al.*, 2017).

3. Conclusão

Alguns anos após a eclosão da Revolução Cubana de 1959, medidas de política econômica adotadas pelas lideranças do país radicalizaram as transformações institucionais do sistema socioeconômico, em face da crescente afronta militar estadunidense e do bloqueio econômico imposto à ilha. Nesse contexto, a aproximação com a União Soviética foi um passo lógico a ser tomado, e quase que obrigatório para a garantia da permanência da nova estratégia de desenvolvimento.

Contudo, as relações diplomáticas e econômicas entre os governos dos dois países não foram livres de atritos. Fidel Castro e a cúpula do Partido Comunista Cubano tiveram que manobrar em um espaço restrito, buscando barganhar com os soviéticos o aprofundamento da soberania cubana e a busca de objetivos nacionais não necessariamente alinhados aos objetivos da superpotência socialista. O episódio da “Crise dos Mísseis” foi talvez o mais elucidativo em relação à dinâmica das relações entre os dois países. A despeito dessas tensões e de algum grau de adequação de Cuba à estratégia geopolítica global da União Soviética, em troca da con-

servação do apoio militar e dos subsídios econômicos recebidos, a política externa cubana permaneceu, fundamentalmente, orientada pelos princípios de solidariedade proletária internacionalista, como evidenciado por sua atuação em Angola e na Nicarágua.

As relações com a União Soviética e com o bloco de países socialistas foi extremamente vantajosa e frutífera em comparação às relações com os Estados Unidos no período de domínio *neocolonial*. Cuba pôde avançar, até certo ponto, em um processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), e as estruturas produtivas agrícola e industrial entraram em um processo de diversificação nos anos 1970. Não obstante, a lógica da divisão internacional do trabalho do bloco socialista resultou na continuidade do acorrentamento do país à exportação monoprodutiva açucareira, dadas as vantagens climáticas da ilha em termos de alocação de recursos no setor.

Portanto, guardando alguma semelhança com as trajetórias de outros países latino-americanos, o desenvolvimento da economia cubana permaneceu fortemente dependente da exportação de *commodities* e de uma restrita capacidade de obtenção de divisas utilizadas para avançar o desenvolvimento das forças produtivas. De um modo geral, contudo, a aliança com os soviéticos parece ter sido mais benéfica do que prejudicial, dado que o país conseguiu resguardar uma certa autonomia nas medidas de política econômica doméstica e externa, apesar de certos atritos e da tentativa por parte da União Soviética de sujeitar a atuação internacional de Cuba aos ditames de seus objetivos particulares, fortemente condicionados pelo contexto da Guerra Fria.

Referências

BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BARAN, P. A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

CARMONA BÁEZ, A. Economic change in Cuba: the (re-)making of a socialist development strategy. *International Critical Thought*, v. 2, n. 3, p. 297-313, 2012. Doi: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2012.706776>>.

CASTRO, F. *Discursos de Fidel Castro: una selección*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2017.

COX, M. From the Truman Doctrine to the second superpower Détente: the rise and fall of the Cold War. *Journal of Peace Research*, v. 27 n. 1, p. 25-41, 1990.

DIX, R. H. Why Revolutions Succeed & Fail. *Polity*, v. 16, n. 3, p. 423-446, Spring, 1984.

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 30, p. 5-18, 2011.

DUPUY, A.; YRCHIK, J. Socialist planning and social transformation in Cuba: a contribution to the debate. *Review of Radical Political Economics*, v. 10, p. 4, p. 48-60, 1978. Doi: <<https://doi.org/10.1177/048661347801000404>>.

FEDOSEIEV, P.; GRIGULEVITCH, I.; MAIOROV, E. (Org.). *A cooperação da URSS com os países em desenvolvimento*. Moscovo: Academia das Ciências da URSS, 1985.

FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRANK, A. G. *Latin America: underdevelopment or revolution*. New York: Monthly Review Press, 1969.

GUEVARA, C. *Apuntes críticos a la economía política*. Melbourne: Ocean sur, 2006.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, E. J. *How to change the world: Reflections on Marx and Marxism*. New Haven: Yale University Press, 2011.

KNIGHT, A. Social revolution: a Latin American perspective. *Bulletin of Latin American Research*, v. 9, n. 2, p. 175-202, 1990.

LANDAU, S. Notes on the Cuban Revolution. *The Socialist Register*, 1989.

LEÓN, A. S. *Breve historia de La Revolución Cubana (1959-2000)*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2003.

LOSURDO, D. *War and revolution: rethinking the twentieth century*. London: Verso, 2015.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Editora Vozes; CLACSO; Laboratório de Políticas Públicas, 2000.

MESA-LAGO, C. Conversion of the Cuban Economy to Soviet Orthodoxy. *Journal of Economic Issues*, v. 8, n. 1, 1974.

MOFFITT, M. *The world's money: international banking from the Bretton Woods to the Brink of Insolvency*. New York: Simon and Schuster, 1983.

MOLINA, E. M. *Devenir del modelo económico socialista*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2017.

NOGUEIRA, J. V. C.; RUIZ, K.; BITTENCOURT, M. P.; FÜHR, R.; RODRIGUEZ, V. G. O papel da Revolução Cubana nas revoluções terceiro-mundistas durante a Guerra Fria: o internacionalismo cubano em Angola e na Nicarágua. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 10, n. 18, p. 30-57, 2017.

PACKENHAM, R. A. Capitalist dependency and socialist dependency: the case of Cuba. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 28, n. 1, p. 59-92, 1986.

PÉREZ JR., L. A. In the service of the revolution: two decades of Cuban historiography (1959-1979). *The Hispanic American Historical Review*, v. 60, n. 1, p. 79-89. 1980.

PÉREZ JR.; L. A. *La estructura de la historia de Cuba: significados y propósitos del pasado*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2017.

PERICÁS, L. B. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PETTINÀ, V. Del anticomunismo al antinacionalismo: la presidencia Eisenhower y el giro autoritario em la América Latina de los años 50. *Revista de Indias*, v. LXVII, n. 240, p. 573-606, 2007.

RODRIGUEZ, J. L. *Estratégia del desarrollo económico em Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

SAULL, R. Locating the global south in the theorisation of the Cold War: capitalist development, social revolution and geopolitical conflict. *Third World Quarterly*, v. 26, n. 2, p. 253-280, 2005.

SILVA, M. A. da. Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba-URSS. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 2, p. 104-126, 2013.

SIMON, S. A. S. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 2, n. 14, 2011.

TABLADA PÉREZ, C. Che Guevara, economics and politics in the transition to socialism. New York: Pathfinder, 1990.

TERENTEVA, P.; VAVICHKINA, T.; VLASOVA, Y. Cuba & Soviet Union: trade pattern pitfalls (1970-1988). *América Latina en la Historia Económica*, v. 30, n. 3, 2023. Doi: <https://doi.org/10.18232/20073496.1398>.

TORRES, O. E. El desarrollo de la economía cubana a partir de 1959. *Comercio Exterior*, v. 31, n. 3, p. 284-295, 1981.

TRINDADE, J. R. B. A Revolução Cubana, a dependência latino-americana e a ruptura com a soberania restringida. *Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho*, v. 11, n. 1, p. 6-28, 2022.

TSOKHAS, K. The political economy of Cuban dependence on the Soviet Union. *Theory and Society*, v. 9, n. 2, 1980. Doi: <https://doi.org/10.1007/BF00207281>.

VAROUFAKIS, Y. *The global minotaur: America, Europe and the future of global economy*. London: Zed Books, 2015.

VASCONCELOS, J. S. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). *Revista Nera*, ano 18, n. 27, 2015.

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE (WCDA). *From the Journal of S. M. Kudryavtsev, "Record of a Conversation with Minister of Industry of Cuba Ernesto Guevara, 8 December 1961"* (f. 0104. op. 17, p. 118, d. 5, ll.). Obtained by James G. Hershberg and translated by Gary Goldberg. Moscow: Foreign Policy Archive of the Russian Federation (AVPRF), 1961a.

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE (WCDA). *Record of Conversation between Soviet Ambassador to Cuba Sergey Kudryavtsev and Che Guevara* (f. 0104, op. 17, p. 118, f. 3.). Translated by Svetlana Savranskaya (National Security Archive). Moscow: Foreign Policy Archive of the Russian Federation (AVPRF), 1961b. Disponível em <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115179>.

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE (WCDA). *Documents Concerning Conversations in Moscow between Cuban Communist Official Carlos Rafael Rodriguez and Soviet Leader Nikita Khrushchev*. Provided by the Cuban Government for the October 2002 Havana conference (“La Crisis de Octubre: Una vision politica 40 años despues”) organized by the National Security Archive. Translated by Chris Dunlap. Moscow: Foreign Policy Archive of the Russian Federation (AVPRF), 1962a. Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115171>>.

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE (WCDA). *Telegram from Nikita Khrushchev to Anastas Mikoyan*. From the personal papers of Dr. Sergo A. Mikoyan, donated to the National Security Archive. Translation by Svetlana Savranskaya for the National Security Archive. 1962b. Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115098>>.

WILSON CENTER DIGITAL ARCHIVE (WCDA). *From the Journal of A. I. Alekseyev, “Record of a Conversation with Fidel Castro, Prime Minister of the Republic of Cuba, 6 February 1963”* (f. 0104, op. 19, p. 124, d. 3, ll.). Ined by James G. Hershberg and translated by Gary Goldberg. Moscow: Foreign Policy Archive of the Russian Federation (AVPRF), 1963. Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/177826>>.